

## Nota dos Organizadores

Os artigos reunidos aqui são desdobramento do *Seminário Gênero, Sexualidade e Cidadania: debatendo homofobia em Alagoas* realizado em junho de 2011, em Maceió, na Universidade Federal de Alagoas. Esse seminário foi organizado pelo Mandacaru - Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais da UFAL, grupo do Cnpq, criado em 2010. O objetivo, no momento da organização do evento, foi colocar em debate diferentes experiências de pesquisa social e de construção de políticas públicas de combate à homofobia no país. A opção foi orientada pela necessidade de consolidação do debate no estado de Alagoas e da construção de um diálogo das ciências sociais e humanas com áreas como educação, direito e saúde.

Antes de apresentarmos os textos, gostaríamos de sistematizar algumas questões relativas à abordagem dada à discussão sobre homofobia. De forma específica, a escolha do tema está relacionada à circulação no ambiente universitário de histórias sobre situações públicas de constrangimento, experiências de ataques violentos, com danos irreversíveis e mesmo mortes de homens gays, mulheres lésbicas e travestis. Algumas dessas histórias são recentes e outras aconteceram há vários anos, mas continuam presentes no imaginário local, sendo evocada a cada nova ocorrência. São tais histórias que amimam a discussão sobre a criminalização da violência homofóbica no Brasil, nos moldes das políticas que visam ao enfrentamento.

Em alguns contextos, provavelmente, a denúncia das situações de discriminação relativa à orientação sexual e a identidade de gênero já se apresenta como uma possibilidade ou pelo menos como uma promessa de punição. Porém, em Alagoas, elas não parecem mobilizar esse tipo de discussão ou intenção relativa à denúncia. Pelo contrário, além das manifestações solidárias, o que observamos são reações de indiferença e até de questionamento da “responsabilidade” da vítima. O tema aparece enunciado como homofobia apenas na voz inflamada e solitária de alguns militantes do movimento homossexual. Ou então diluído nas campanhas de “combate às opressões”, na pauta do movimento estudantil e das entidades sindicais. De um modo geral, percebemos que o reconhecimento de práticas discriminatórias contra a população LGBT não dá lugar automaticamente à construção de discursos e práticas relativas à homofobia. Daí a importância de aproximarmos a comunidade acadêmica local do debate que vem sendo construído nacionalmente no âmbito da educação, da saúde e da segurança pública.

Discutir essa temática num estado em que os índices gerais de violência e criminalidade são elevados coloca também uma série de problemas de ordem prática. De um lado, vemos as investigações policiais e jornalísticas destacando a dificuldade no reconhecimento da homofobia como fator determinante das práticas violentas e da intensidade/crueldade nelas envolvida. De outro, o movimento homossexual defendendo a posição de Alagoas no ranking dos estados com maiores índices de violência homofóbica e cobrando das autoridades e da sociedade que seja feito algo a respeito. Nesse sentido, há que se referir que a militância local tende a buscar o apoio de grupos mais consolidados na região,

especialmente o Grupo Gay da Bahia. Grande parte das informações apresentadas é fruto de levantamentos feitos através dessa parceria. Nesse âmbito, ganham destaque as imagens e os números de forte impacto sobre a audiência, a fim de que a população dê a devida atenção às ocorrências. Apesar disso, o que se observa é que existem poucos dados seguros, provenientes de pesquisas sociológicas e antropológicas sobre o fenômeno. Mesmo entre as poucas pesquisas acadêmicas, o que se vê são iniciativas isoladas que, com grande esforço, apresentam e analisam relatos de experiência. Mais do que permitir uma compreensão desse fenômeno, eles parecem empenhados em fazer reconhecer a existência da violência homofóbica e a relevância do seu enfrentamento como questão de direito humano. Dentre as pesquisas, destacam-se os estudos de Ana Pereira sobre visibilidade lésbica de 2008; de Flávio Santos Silva sobre violência e práticas homoeróticas masculinas; de Maria Alcina Freitas sobre a relação entre educação e travestilidade de 2009 e de Carlos Lacerda Coelho Jr sobre representações de homofobia entre jovens de 2011.

Outra dificuldade de se abordar essa questão é de ordem teórica, e se refere aos sentidos e aos usos do termo homofobia. Como destacou Sergio Carrara em sua exposição, esse termo assim como o etnocentrismo e o racismo opera como uma espécie de “braço armado da antropologia”. Com isso não se quer destacar o caráter meramente utilitário do conceito, mas o modo como o conhecimento antropológico tem sido utilizado para subsidiar a construção de políticas públicas. Apesar dessa relevância, não podemos deixar de avaliar o que está em jogo, em termos sociológicos, quando falamos em homofobia. Uma primeira objeção é justamente o caráter individual e psicologizante que o termo assume. Em geral se fala no sujeito ou então na prática homofóbica que, em última instância, é percebida como essencialmente doentia. A exemplo do que demonstra Foucault, não raras vezes busca-se a explicação para o problema na sexualidade do próprio sujeito que pratica a violência homofóbica. No mesmo sentido, a solução seria intervir em nível individual, vigiando, punindo e/ou tratando o sujeito homofóbico. Apesar de muito operativa, essa conotação é reducionista porque despreza elementos estruturantes como a constituição heteronormativa da nossa sociedade e também a dimensão relacional da própria violência. De um modo geral, os textos reunidos no dossiê problematizam esse aspecto, considerando dinâmicas mais amplas de exclusão social (que envolvem também raça e classe social); o jogo de forças que se estabelece na militância LGBT; os agentes religiosos que defendem o direito de expressar suas posições homofóbicas, assim como batalhas específicas que perpassam o campo da educação e envolvem principalmente as convenções de gênero.

É importante mencionar ainda que o ano de 2011 foi um ano especialmente importante para a construção da homofobia como pauta política nacional. Além da tramitação da PL122, propondo a criminalização da homofobia, o debate público foi animado pelas reações ao veto da presidente Dilma Rousseff à distribuição nas escolas do kit anti-homofobia, elaborado pela equipe técnica do Ministério da Educação. Embora os textos que compõem o dossiê não tratem dessas questões explicitamente, eles foram produzidos em meio às discussões acerca da intervenção do estado sobre as práticas homofóbicas. Os mesmos debates que

voltam à pauta nacional com toda força em 2013, a partir da retomada do Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, que propõe a legalização da “cura gay” realizada por diversas igrejas evangélicas e a partir do projeto substitutivo à PL 122, proposto pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT).

Os artigos doravante apresentados resultam do esforço em orientar cientificamente esses debates bem como avançar da perspectiva da denúncia de violação dos direitos humanos para uma discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos. Não devem, portanto ser considerados como contribuições isoladas, mas sim a partir do diálogo que possibilitam com outros dados, tais como aqueles oriundos da pesquisa *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais* desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo e também diversas enquetes realizadas pelo Centro Latinoamericano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), nas Paradas do Orgulho brasileiras e latino-americanas entre 2003 e 2010. O artigo de Regina Facchini e Isadora Lins França apresenta uma análise dos relatos de discriminação e violência coletados entre gays, lésbicas, travestis e transexuais contactados na Parada do Orgulho de 2009, em São Paulo. Já os dois artigos que elegem a escola como universo de análise, consideram especificamente o processo de capacitação dos professores em termos de uma problematização das práticas discriminatórias que ocorrem nas salas de aula. Aqui as iniciativas sociológicas têm como principal desafio o diálogo com as estratégias de enfrentamento da homofobia que vem sendo construídas no campo da educação. O artigo de Maria Alcina Ramos Freitas discute o papel da escola frente à revisão dos tabus, valores e convicções relativas à sexualidade. Zulmira Borges, Fátima Perurena, Guilherme Passamani e Muriel Bulsing descrevem a experiência realizada no sul do país de discussão das questões de gênero e sexualidade a partir da exibição de filmes. Por fim, o artigo de Marcelo Natividade, representa um esforço pioneiro na direção de uma abordagem etnográfica do embate entre movimento LGBT e os grupos religiosos.

Nádia Meinerz e Pedro Guedes do Nascimento